

"SUJEITOS DE DIREITOS": O DISCURSO SOBRE A INFÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS ASSISTENCIAIS NO PROJETO CRICIÚMA CRIANÇA (1990-1992)¹

"Subjects of rights": the discourse on children in the construction of assistance policies in the Criciúma Criança project (1990-1992)

DOI: <http://doi.org/10.33255/25914669/6101>

Ana Carolina de Sá

<https://orcid.org/0000-0003-2356-2121>

Programa de Pós-Desenvolvimento Socioeconômico
Universidade do Extremo Sul Catarinense
anacarolina.x.sa@unesc.net
Criciúma, Santa Catarina
Brasil

Ismael Gonçalves Alves

<https://orcid.org/0000-0003-3580-9101>

Programa de Pós-Desenvolvimento Socioeconômico
Universidade do Extremo Sul Catarinense
iga@unesc.net
Criciúma, Santa Catarina
Brasil

Recibido: 28/12/2021

Aceptado: 10/05/2022

¹ Este artigo faz parte do projeto intitulado "Cuidando das famílias pobres: a assistência social materno-infantil na região carbonífera catarinense (1930-1980)" financiado pela Chamada Universal MCTIC/CNPq n. 28/2018.

Resumo:

Neste trabalho temos como objetivo analisar os discursos sobre infância pobre presentes nas políticas assistenciais do projeto Criciúma Criança. O projeto, desenvolvido pelo poder executivo municipal, em conjunto com instituições filantrópicas, buscou implementar ações assistenciais voltadas as crianças pobres da cidade. Nossa pesquisa se desenvolveu em torno dos documentos planejadores do projeto, sobre os quais empregamos o método da análise do discurso proposto por Michel Foucault, para quem o discurso é um importante instrumento constitutivo dos regimes de verdade. Assim, ao analisar as fontes selecionadas, identificamos como discursos excludentes sobre a infância pobre foram base de políticas assistenciais infanto-juvenis marcadas por noções elitistas sobre estas fases da vida.

Palavras-chave: infância, políticas assistenciais, Criciúma Criança, assistência social

Astract:

In this paper, we aim to analyze the discourses on poor childhood present in the assistance policies of the Criciúma Criança project. The project, developed by the municipal executive power, in conjunction with philanthropic institutions, sought to implement assistance actions aimed at poor children in the city. Our research was developed around the project planning documents, on which we used the method of discourse analysis proposed by Michel Foucault, for whom discourse is an important constitutive instrument of truth regimes. Thus, when analyzing the selected sources, we identified how excluding discourses about poor childhood were the basis of child and youth assistance policies marked by elitist notions about these stages of life.

Keywords: Childhood. Cares policies. Criciúma Criança. social assistance.

1- Introdução

Visando à garantia de um suposto futuro promissor para as crianças e adolescentes, a cidade de Criciúma, após o fim da ditadura civil-militar, procurou organizar políticas sociais pensadas a solucionar uma questão considerada central por diversas instituições e órgãos nacionais e internacionais, a infância considerada pobre. O ano de 1990 foi marcado pela construção e implementação de uma política pública que, com suas ações, buscava impactar na vida de distintos sujeitos sociais, criando as condições necessárias para alcançar as diferentes dimensões cotidianas de meninas e meninos que habitavam a cidade. O projeto Criciúma Criança foi desenvolvido pelo então prefeito Altair Guidi, que juntamente com o envolvimento de inúmeras secretarias de governo, coletivamente, produziu estratégias e políticas sociais que visavam a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes, no acesso e permanência nas escolas, na prática de cuidados higiênicos, na saúde, entre outros.

O desenho e o planejamento desta política pública se realizaram através de reuniões semanais, com representantes das secretarias de saúde, educação e das instituições privadas que também foram convidadas a participar da proposta. Essa relação entre público e privado foi um importante instrumento na produção de políticas públicas locais, garantindo o compartilhamento de responsabilidade com outros atores sociais, desresponsabilizando o Estado pela exclusividade do processo, ou seja, segundo Alves (2014), "com intuito de obter maior efetividade em suas ações assistenciais, o Estado buscou o apoio de iniciativas privadas e filantrópicas desenvolvidas no âmbito local, que em muitos casos foram o ponto de partida para as políticas nacionais."

Cabe ressaltar que no início dos anos 90 ainda não havia no Brasil políticas assistenciais centralizadas e/ou efetivamente estabelecidas pela União, criando assim as condições necessárias para a fragmentação e pulverização das políticas sociais, bem como a crescente participação do terceiro setor em sua promoção e articulação nas diferentes esferas da administração pública.

Seguindo o caminho da ampliação de direitos civis e sociais, no *pós-ditadura*, o projeto Criciúma Criança buscava instituir na cidade mecanismos de salvaguarda socioassistenciais que garantissem um futuro promissor para as novas gerações, afinal, elas seriam as responsáveis pela manutenção da comunidade nacional. Partindo desse entendimento, o programa implementava entre as camadas populares diversas atividades de lazer, de ensino, e cuidados médicos, com a finalidade de criar um vínculo de corresponsabilidade entre a administração pública e as crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, promovendo assim o desenvolvimento de indivíduos considerados saudáveis. Assim, diante desta complexidade o artigo ora apresentado visa identificar e analisar as políticas públicas de saúde e assistência social previstas no projeto Criciúma Criança, bem como suas possíveis implicações entre a população infantil da cidade de Criciúma.

Para dar conta desta problemática, nos debruçamos sobre o campo da história da infância, que teve como importante marco as discussões fomentadas pelo

historiador medievalista Philippe Ariès (1981), que em suas pesquisas apontou para a complexidade dessa fase da vida e demonstrando a inexistência de um sentimento a-histórico e único em relação à infância, diferenciando-a das atuais noções de nossa sociedade. Além disso, o autor também destacou em sua obra a falta de empatia dos familiares adultos com relação a esses indivíduos, pois havia uma percepção geral de que essa fase da vida deveria ser rapidamente superada, colocando fim a um momento de debilidade e animalidade da vida humana. Nesse contexto, as crianças e adolescentes eram classificados a partir das denominadas "etapas da vida", que organizavam esse período de acordo com atividades e etapas em que esses sujeitos se enquadravam. Aponta Ariès (1981):

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje (p. 10).

A partir do século XVI ocorre significativa mudança em relação à concepção da infância, instaurando um novo sentimento no qual, aponta Ariès (1981), a criança "se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de "paparicação".". Essa mudança solidificou o surgimento do sentimento de proteção e cuidados com as crianças e adolescentes, que coincidiu com o encerramento das famílias no espaço do privado, no interior de seus lares. Assim, conforme apresenta Fabiana Oliveira (2008), "a família tinha sua vida totalmente voltada para a comunidade, no entanto, a partir desse momento, a família se fecha, tornando-se cada vez mais privada e substituindo funções antes desenvolvidas pela comunidade" (p. 29).

A atenção focalizada nas crianças e adolescentes, pela família, suscitou a construção de uma rede de cuidados para preservar a infância, colocando estes sujeitos no centro de ações de preservação e prolongamento da vida. Neste cenário, a infância passou a ser alvo de atenção de intelectuais, pedagogos, juristas, Estado e Igreja, que passaram a perceber nas crianças potencial valor na manutenção das riquezas e da ordem social.

Dessa forma, indivíduos que até então possuíam pouco valor em si passaram a ocupar lugar significativo em ações políticas que visavam garantir o progresso social, movimentando discursos que criavam uma criança e uma infância ideal. Ainda que tenham conquistado maior reconhecimento retórico, em diferentes espaços sociopolíticos, poucas foram as mudanças implementadas na realidade desses sujeitos até o século XIX. As novas concepções referentes às infâncias possibilitaram a separação entre o adulto e o infantil, entretanto, a conquista pelo direito das crianças e adolescentes viria anos depois, como salienta Oliveira (2008).

No que tange à questão dos direitos civis e sociais, as crianças e adolescentes foram entendidos, em diferentes legislações, como sujeitos fundamentais de direitos apenas no século XX. A preocupação direcionada à criança só se estabeleceu definitivamente diante da realidade de precarização marcada por altos índices de mortalidade, enfermidades e pela exploração do trabalho infantil. Como afirma Arend (2015) A aplicação dos direitos à infância acontece em diferentes momentos do século XX, no entanto, oficializa-se a partir da movimentação da Organização das Nações Unidas em meados dos anos de 1980, quando se garantiram os princípios da igualdade, da compreensão, do desenvolvimento, da liberdade, da dignidade e da integridade física, mental e moral das crianças por meio da Convenção dos Direitos da Criança.

A construção desse documento promulgado em 1989 ocorreu baseado em documentos antecessores que, por mais que garantissem os direitos às crianças e adolescentes, os faziam de maneira universalizante e homogeneizante. Aponta Arend (2015): "Destacam-se os exercitáveis durante a fase da vida denominada infância, ou seja, o direito à alimentação, à educação, à saúde, à nacionalidade e a um nome e patronímico" (p. 33). Com isso, os documentos partiram em busca dos direitos relacionados diretamente às crianças e aos direitos heterogêneos (Arend, 2015).

Para compreender as interlocuções entre o projeto Criciúma Criança e a construção de políticas públicas direcionadas à infância e adolescência na cidade de Criciúma, esta pesquisa se baseia metodologicamente na Análise do Discurso de Michel Foucault (1996), para quem "por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam, logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder" (p.10). Além disso, Foucault (Foucault, 1995) alerta que todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem e aponta para uma análise da complexidade da formação de discursiva:

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem. (p. 31)

Assim, baseados nesta metodologia buscamos compreender os efeitos discursivos do projeto na instauração de um modelo de criança e infância que buscou normalizar e enquadrar diferentes arranjos familiares a uma perspectiva hegemônica de cuidados infanto-juvenis.

Baseados nessa premissa, o objetivo geral deste artigo é o de analisar o discurso – e também vozes – que instituíram por meio de políticas públicas a noção de infância presente no projeto Criciúma Criança. Para isso, utilizamos documentos encontrados no Arquivo Histórico Municipal da cidade de Criciúma/SC, no acervo referente ao projeto Criciúma Criança. Dentre os documentos encontrados no Arquivo, foram catalogados para este trabalho relatórios da prefeitura, produzidos no ano de 1990, sendo eles: documentos bases do projeto, que contêm os aspectos basilares para a

construção das ações assistenciais que seriam realizadas; atas de reuniões com todos os representantes do projeto; cartilha informativa de toda a proposta, entre outros.

Entendemos que os documentos produzidos pelo setor público são importantes elementos para compreensão do processo de institucionalização de direitos, por isso consideramos que os documentos escritos são peças-chave na interpretação dos processos históricos que formataram a vida de meninas e meninos no passado. Le Goff (1990) aponta:

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (p. 547).

Assim, compreendemos que a análise histórica se constitui a partir de uma perspectiva pessoal do historiador, por meio de um problema que o mobiliza a compreender determinados processos históricos. Desta maneira, com o intuito de compreender o projeto Criciúma Criança este artigo apresenta mais dois tópicos e as considerações finais. O primeiro trata da conformação socioeconômica e urbana de Criciúma ao longo do século XX, priorizando a análise do espaço ocupado pela infância entre os gestores da cidade até a estruturação e implementação do projeto Criciúma Criança na década de 1990. Destacamos, ao longo de nossas análises, a importante relação com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o projeto Criciúma Criança, que naquele momento, pós-ditadura civil-militar, era um importante marco nacional de respeito aos direitos de crianças e adolescentes.

No segundo item apresentamos e analisamos o projeto Criciúma Criança, abordando a constituição dos direitos das crianças e adolescentes, a implementação do discurso e como todo o projeto esteve alicerçado com a proposta do ECA.

2- "Crescendo Juntas": o projeto Criciúma Criança como estratégia de progresso

A cidade de Criciúma impulsionou seu avanço socioeconômico a partir da exploração e produção de carvão mineral. A descoberta do carvão em seu território e a Primeira Grande Guerra auxiliaram na estruturação das primeiras empresas mineradoras, dando início ao ciclo de exploração do mineral no ano de 1917, com a abertura da mina Paulo Frontin. Essa entrada no ramo carbonífero impulsionou o desenvolvimento econômico e urbano da cidade, que posteriormente foi incorporada ao processo de industrialização nacional.

O ápice da prática carbonífera aconteceu entre os anos de 1930 e 1960, quando a cidade

foi efetivamente integrada ao cenário da economia nacional e despertando interesses políticos e econômicos em diferentes esferas. Diante do processo de industrialização nacional e a importância do carvão, o Governo Vargas instituiu a participação direta do Estado na exploração, produção e exportação do minério. Acerca disso, declara Teixeira (1995):

A atividade mineradora fica, desta forma, totalmente atrelada às decisões governamentais que passam a monitorar e decidir sobre todo o processo de mineração, desde a autorização para a pesquisa e a lavra do carvão mineral à definição das quotas de produção, administração de preços e mercado (p. 59).

Na década de 1940, com as repercussões econômicas da Segunda Grande Guerra, a cidade de Criciúma passou a ser denominada como “cidade do carvão”. Esta continuidade da exploração carbonífera e o vínculo direto do Estado com as empresas mineradoras colocou a cidade em um lugar econômico privilegiado, com isso, o minério ocupou o primeiro lugar na lista de prioridades da classe política.

Devido à importância do mineral para a indústria nacional, a cidade de Criciúma, durante muito tempo, se manteve atrelada quase que exclusivamente às atividades de extração, o que por um longo período dificultou a diversificação de empreendimentos econômicos, criando uma espécie de monopólio de famílias e grupos empresariais carboníferos sobre os destinos da cidade. A partir de 1960, estabeleceu-se no país um cenário de mudanças, impulsionado pela diversificação da economia nacional, colocando o setor carbonífero diante do que viria ser uma de suas primeiras crises econômicas. De acordo com Teixeira (1995), o rompimento com o “exclusivismo” da mineração propiciou a diversificação dos setores econômicos, suscitando o surgimento de novos meios de produção, provocando o descontentamento das famílias que até então viviam da exclusividade da exploração do carvão mineral como sustentáculo econômico da cidade.

Apesar dos pontos positivos proporcionados pela indústria carbonífera e seu avanço socioeconômico, o processo de industrialização descontrolado também produziu uma série de problemas socioambientais, ocasionados, em grande medida, pela negligência da gestão política, acarretando a falta de infraestrutura **básica como moradias, abastecimento de água**, saúde e educação, entre outros. Historicamente, o setor carbonífero foi marco importante na inclusão da cidade de Criciúma na economia nacional, concretizando uma identidade completamente voltada ao sucesso do ouro negro. No entanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, o carvão e todos os seus problemas ambientais e sociais já não eram mais bem-vindos na cidade, principalmente entre uma parte da elite local, que desejava forjar em Criciúma uma outra identidade descolada da poeira negra deixada para trás pela exploração do carvão.

Nesse contexto de mudanças destacou-se o arquiteto Altair Guidi, que em 1977, por meio de uma aliança como Movimento Democrático Criciumense, conquistou seu

primeiro mandato como prefeito da cidade, elegendo-se novamente no ano de 1988. Esta nova conjuntura política procurou apagar os problemas históricos relacionados à indústria carbonífera que durante muito tempo assolavam a população e o meio ambiente local.

Assim, aproveitando-se das comemorações do centenário da colonização, que ocorreriam no ano de 1980, uma das primeiras intervenções de Altair Guidi na modernização da cidade foi a remodelação urbanística e identitária de Criciúma. Com o intuito de modificar a identidade cidadina, até então ligada às atividades carboníferas, o prefeito se utilizou da retórica da diversidade étnica e cultural como nova marca da identidade criciumense. Conforme Cardoso (2011):

O poder público municipal percebeu no Centenário um momento ímpar para recontar a história criciumense. Seria o momento de desvincular a cidade de sua identidade carbonífera. Nesse sentido, a nova identidade apresentada à cidade no período de seu Centenário estaria pautada na etnicidade, centrada nos grupos formadores de Criciúma (p. 34).

Em meio a esse processo de mudança identitária da cidade, a própria indústria do carvão passava também por uma nova crise econômica, enfraquecendo politicamente suas tradicionais elites, e abrindo caminho para outras, supostamente mais modernas e dinâmicas. A redução da exploração e produção do minério provocou o aumento do desemprego e fortalecimento da desigualdade social, atingindo completamente o segundo mandato do prefeito Altair Guidi. As estratégias pensadas pelo prefeito e sua equipe gestora procuraram reconstruir a identidade da cidade a partir de uma série de atividades que visavam apagar o histórico de poluição, epidemias e mortalidade, sobretudo a infantil.

Com o objetivo de restaurar a boa imagem da região, o arquiteto se empenhou em introduzir características consideradas modernas nos espaços urbanos da cidade, demonstrando à população que Criciúma, naquele momento, caminhava rumo à modernização. Entretanto, demonstrar esse progresso apenas no âmbito urbano não era suficiente para o prefeito, sua intenção era também atuar no cotidiano biopsicossocial da população. Partindo disso, Altair Guidi procurou repensar as questões sociais, voltando-se à ampliação das atividades no campo da assistência.

Historicamente, no campo da assistência, os cuidados materno-infantis na região carbonífera foram pensados a partir do discurso médico estigmatizante, que intervinha diretamente no meio familiar, atingindo em especial as mães das famílias mineiras. Tanto em Criciúma como em outras cidades do país, as mães eram as personagens mais culpabilizadas pelo alto índice de mortalidade infantil, pois eram tradicionalmente entendidas como únicas responsáveis pelo bem-estar familiar.

Com a finalidade de constituir um novo discurso dentro do campo assistencial, o governo de Altair Guidi redirecionou no início da década de 1990 essa atenção às mães,

que passaram a ocupar um novo espaço na modernização da cidade, os cuidados de saúde, educação e bem-estar baseados na observação dos direitos infanto-juvenis garantidos na Constituição de 1988. Para o prefeito, as ações assistenciais deveriam atingir diretamente as crianças e adolescentes pobres da cidade de Criciúma, por meio de atividades educacionais e de saúde, nas diversas esferas, abrangendo diversas áreas de sua existência.

Para dar conta dessa empreitada, Altair Guidi, auxiliado por especialistas dos campos educacionais, assistenciais e salutar, elaborou o projeto intitulado Criciúma Criança, implementado no ano de 1990, em parceria com diversas secretarias municipais e instituições privadas e filantrópicas da região. Em um primeiro momento, para a materialização de tal programa, se fez necessário uma análise minuciosa acerca das questões infanto-juvenis que mais se encontravam negligenciadas. O funcionamento do projeto se ancorava em três aspectos elementares para o desenvolvimento dos sujeitos, sendo eles: aspectos filosóficos, científicos e legais.

Diante disso, um ponto relevante se destaca já no primeiro parágrafo do documento norteador do projeto (Criciúma Criança, 1990), que afirmava: "Um dos grandes desafios ao desenvolvimento nos próximos vinte anos será o de alcançar os grupos populacionais mais pobres e de criar condições para que melhorem suas próprias vidas. Sem educação, esse desafio será muito maior."

A base legal do documento planejador era a estrita observância dos direitos das crianças e adolescentes, garantidos no recém-promulgado Estatuto da Criança e do Adolescente²(ECA). Nos aspectos filosóficos, o tema em destaque foi a educação e saúde, sendo destacada a necessidade da melhoria na educação às crianças, afinal, como destacado no documento (Criciúma Criança, 1990):

A proteção da saúde e da educação das crianças de hoje é o mais básico dos investimentos na capacidade física e mental da próxima geração e, portanto, no desenvolvimento social e econômico das sociedades. Uma saúde melhor, melhoraria a frequência e o desempenho escolar; uma melhor escolaridade levaria a uma maior produtividade.

Melhorar a qualidade da educação para as crianças garantiria o progresso social e econômico da cidade, assegurando a reprodução efetiva de uma mão-de-obra educada e ordeira, evitando romper com o ciclo do capitalismo de acúmulo de capital. Assim, seguindo outras políticas existentes no país, o público-alvo do projeto Criciúma Criança eram as famílias pobres, que por meio do acesso à saúde e educação, consideradas desde a Constituição de 1988 direitos fundamentais, conseguiriam ultrapassar os limites da pobreza para contribuir efetivamente com o

² O Estatuto da Criança e do Adolescente foi um documento promulgado no ano de 1990 com o objetivo de garantir e assegurar os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Esse documento foi constituído após diversos debates e reivindicações de inúmeros movimentos sociais.

desenvolvimento do país. Sobre o campo da educação como resolução de todos os males, Oliveira (2008) analisa:

A escola passou a ser vista como uma forma de cura para os males sociais, sendo a única possibilidade de remediar os males ocasionados pela pobreza e a mistura de raças. As escolas então passaram a funcionar como verdadeiras clínicas e hospitais para salvar a geração futura e assegurar o desenvolvimento do país (p. 36).

Diante dos novos direitos garantidos na Constituição, os direitos básicos da criança presentes no documento alinham-se com a "Declaração Universal dos Direitos das Crianças"³, que asseguram a educação, saúde, moradia, cuidado, lazer e alimentação. Além disso, podemos perceber que o projeto modernizador da cidade também esteve relacionado à observação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), adotando-o como balizador de parte de suas políticas públicas. O ECA foi promulgado no dia 13 de julho de 1990, tornando-se a principal lei acerca dos direitos da infância brasileira (Rizzini, 2011a). Um dos princípios que também concebe uma ligação entre o projeto Criciúma Criança e o ECA seria o da municipalização do atendimento, presente no Art. 88 do primeiro capítulo (Brasil, 1990):

Municipalização do atendimento; Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; Criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; Manutenção de fundos nacionais, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem atribua autoria de ato infracional; Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Partindo disso, as estratégias pensadas pelo projeto Criciúma Criança buscaram observar os direitos para as crianças e adolescentes. No entanto, ao assegurar a observância de tais direitos, a prefeitura buscava também construir discursos com o objetivo de direcionar as crianças e adolescentes para um suposto futuro promissor traçado pelas figuras políticas e filantrópicas da cidade. Rizzini (2011^a) aponta que

³ A Declaração Universal dos Direitos das Crianças passou a vigorar a partir do dia 20 de novembro de 1959. Esta declaração possuiu importante papel no desenvolvimento de outros documentos que garantem e asseguram os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) foi constituído a partir dos direitos presentes nesta declaração.

proporcionar essa assistência e cuidado se tornava também uma manobra da elite criciumense na preservação de suas posições e poder, a elite dominante sempre buscou estabelecer acordos para se manter no poder, em vista de preservar e ampliar seus privilégios.

No próximo tópico analisaremos os discursos sobre a criança e adolescência presentes no projeto Criciúma Criança, que em grande medida serviram de base para políticas assistenciais que visavam difundir entre a população pobre um ideal de criança e adolescente almejado pelas elites locais e nacionais, a partir da instrumentalização do ECA.

3- As políticas assistenciais e os discursos acerca da infância presentes no projeto Criciúma Criança

O projeto Criciúma Criança começou a ser pensado por diversas secretarias e pelo gabinete do prefeito por volta de 1990. A criação do programa e suas respectivas ações foram estabelecidas por uma série de reuniões semanais das quais participavam representantes das secretarias e entidades filantrópicas que foram convidadas a contribuir no desenvolvimento e administração do programa.

Dentre as figuras responsáveis pela elaboração e administração do projeto estavam: o prefeito Altair Guidi; o vice-prefeito Ademir Uggioni; o secretário de Gabinete/Planejamento e Coordenação Geral, Nilson Simon Nandi; o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Luiz Baldin; o secretário de Saúde e Desenvolvimento Social, Elias Scheidt; o secretário de Finanças, Bertholdo Arns; a secretária de Educação e Cultura, Vera Maria Silvestri Cruz; o secretário de Administração, Ênio Coan; a responsável pela Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC), Sandra Zanatta Guidi; o responsável pela Assessoria Especial Unicef, prof. Antenor Manoel Napolini, e a responsável pela Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), Célia Rovere Canarin.

A gestão administrativa do projeto buscava encontrar um caminho para solucionar o que acreditavam ser um problema social, a infância pobre. O discurso que classificava a infância um problema social estava vigente desde meados da Primeira Grande Guerra. Os reflexos da guerra nas questões sociais atingiram diretamente as famílias desfavorecidas e, conseqüentemente, as crianças. Partindo dessas dificuldades em manter a ordem e o desenvolvimento social, a urgência na recuperação de um futuro social promissor na sociedade abriu portas para a preocupação de médicos, políticos e advogados com as camadas populares, figuras que acreditavam que a ordem social dependia da capacidade do governo de resolver efetivamente tais agravos, em especial a infância (Wadsworth, 1999).

Em vista disso, as ações constituídas pelo programa Criciúma Criança alinharam-se diretamente com a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, do ECA e da Constituição de 1988, buscando desenvolver principalmente três áreas: a saúde, a

educação e a ecologia. O objetivo de propor tais ações direcionadas às crianças e adolescentes significava uma estratégia de assegurar os direitos sociais e ao mesmo tempo a utilidade desses indivíduos na manutenção social de Criciúma.

Tais questões podem ser encontradas no "Documento Base" do projeto, que foi pautado em três aspectos: os filosóficos, os científicos e os legais. Esses aspectos determinavam um ideal de infância necessário para a manutenção do progresso social, ou seja, determinavam características consideradas ideais para a infância e adolescência esperadas pela elite criciumense. No discurso do projeto, a criança ideal era aquela bem cuidada biológica e moralmente, que devido a esse zelo fosse capaz de se tornar um adulto totalmente integrado na ordem social vigente e, sobretudo, produtivo e dedicado ao mundo do trabalho. De acordo com o documento base do Criciúma Criança (1990):

A sociedade exigirá que a criança seja, mais tarde, um adulto bem integrado, capaz de usar de modo benéfico, favorável às outras pessoas, todos os seus atributos, só que é preciso ter em conta que nos primeiros anos, que são os momentos decisivos de seu desenvolvimento, tais atributos dependem muito mais dos outros do que da própria criança.

Essas exigências, impostas pelo discurso de ordem social, surgem da necessidade de estabelecer e assegurar que a infância pobre não fugisse de seu papel social de bom cidadão, o papel que futuramente seria imprescindível na manutenção social, urbana e econômica. Rizzini (2011b) afirma que a classe dominante e o governo viam, na infância, uma oportunidade de efetivar o controle da população pobre a partir das políticas públicas dirigidas às crianças e adolescentes. Assim, garantir que a infância pobre permanecesse controlada de acordo com as normas burguesas, como aponta Alves (2017), significava "resguardar o próprio desenvolvimento da nação, pois a imagem que se divulgava da criança estava intimamente ligada à noção de progresso e de cidadania" (p. 124).

Levando em consideração que o ano de 1990 foi um marco importante na garantia e conquista dos direitos à infância, a construção e implementação de documentos oficiais que garantissem os direitos das crianças e adolescentes auxiliaram diretamente na constituição do projeto Criciúma Criança. Com isso, o projeto pautava-se nos direitos fundamentais da criança e, como consta no "Documento Básico" (Criciúma Criança, 1990), "o trabalho da Prefeitura Municipal de Criciúma a ser desenvolvido terá, portanto, como princípios basilares os seguintes direitos fundamentais da criança: o direito de ser; o direito de pensar e o direito de viver."

Todos os direitos fundamentais no projeto buscavam adequar estes sujeitos à manutenção da ordem social, pois a criança era concebida como "um recomeço da humanidade, uma nova partida de rumo ao infinito, uma parcela do espírito humano que poderá ser o repositório de uma nova mensagem ou nascedouro de um tempo para todos os seres humanos." (Criciúma Criança, 1990). Considerar a criança uma espécie

de recomeço da humanidade e reconhecê-la como sujeito de direito desde a mais tenra idade garantiria que fosse reconhecida como "pessoa e tratada como tal, desde o primeiro instante de vida. Só assim ela se desenvolverá correta e completamente e contribuirá para o bem-estar e aperfeiçoamento da humanidade, integrando-se na comunhão humana." (Criciúma Criança, 1990).

Este discurso afirmava e determinava a criança como uma nova chance para o progresso da humanidade. O projeto encontrava na assistência às crianças e aos adolescentes uma estratégia para assegurar a continuação do desenvolvimento socioeconômico, da preservação da ordem social e da reafirmação dos papéis sociais esperados pela comunidade nacional. Portanto, ao garantir a observância dos direitos civis e sociais para as crianças e os adolescentes, os articuladores do projeto Criciúma Criança buscavam criar as condições para a reprodução do ideal de ordem baseado no bom cidadão. De acordo com o documento (Criciúma Criança, 1990), "só a garantia de que a criança tenha resguardado seus direitos levará a sociedade a ser mais justa e permitirá a instalação de uma nova ordem social."

As ações propostas pelo projeto se relacionavam diretamente com as áreas de assistência à saúde e à educação. A partir de dados coletados pela gestão administrativa do projeto, os representantes do programa consideraram como urgência a resolução de problemas em relação à educação e saúde das crianças e adolescentes da cidade de Criciúma. Entre os anos de 1970 e 1986, Santa Catarina enfrentava uma decrescente taxa de escolaridade que atingia a infância pobre, "em 1981 atendia-se 82,12% das crianças e em 1986 este índice baixou para 76,48%." (Criciúma Criança, 1990). Visto isso, o projeto considerava que para enfrentar essa diminuição na taxa de escolaridade seria necessária a ampliação de vagas nos espaços escolares. De acordo com o documento-base do projeto Criciúma Criança (1990):

Para superar o problema do acesso, ações específicas de ampliação da oferta de vagas, prioritariamente no 1º grau, devem ser concretizadas, conjugando um leque de esforços que obrigue, desde os aspectos administrativos-financeiros, até os pedagógicos-educacionais e assistenciais.

Entretanto, essa preocupação direta com a ampliação das vagas desconsiderava e/ou ignorava os inúmeros problemas que atingiam a população pobre e que impediam sua permanência no ambiente escolar. No entanto, mais que a dificuldade de acesso, apontado no documento, o que impedia a continuidade dos estudos na década de 1990 eram os problemas de permanência, como por exemplo a dificuldade de locomoção até as escolas, a falta de materiais escolares, comida e uniformes, que impactavam diretamente no abandono escolar.

Ainda com relação à educação, outra preocupação que atingiu a gestão administrativa do Criciúma Criança foi a reorganização curricular, pois, para os representantes, a revisão do currículo era imprescindível na formação do trabalhador, como destaca

o documento básico do projeto (Criciúma Criança, 1990): "é preciso ter presente que, sendo o trabalho da vida humana, cabe à escola ter como referência básica, na organização básica de seu currículo, a inter-relação entre educação e trabalho."

Partindo desse discurso, a concepção de escola pensada para atingir as crianças e adolescentes presente no projeto, estava intimamente ligada ao processo de formação de trabalhadores e trabalhadoras, dispostos a disciplinadamente sustentar os padrões de reprodução do capital. O que se queria para os mais pobres não era uma escola emancipadora, capaz de fomentar a igualdade e cidadania, conforme prescrevia o ECA e a Declaração de Direitos da Criança, mas sim criar uma instituição de ensino voltada para a disciplinarização da classe trabalhadora, como expõe o documento (Criciúma Criança, 1990):

A escola começa a suprir sua função social de educar no momento em que o aluno ingressa. Esta condição, a de ingressar, embora não suficiente para garantir a função social da escola, é certamente necessária. Para as crianças oriundas das camadas de baixa renda, a escola se constitui na única oportunidade de acesso ao saber sistematizado do conhecimento.

O saber sistematizado do conhecimento, de acordo com os discursos do projeto Criciúma Criança, estaria relacionado com a qualificação das crianças para a realização de trabalhos diversos no momento em que fossem inseridas no mercado, já na fase adulta. Essa qualificação não seria apenas profissionalizante, mas também uma qualificação social. Assim, percebe-se que o discurso de inserção das crianças pobres na escola seguia a intencionalidade de transformá-las em futura mão de obra para a indústria nacional, sustentando com sua mais-valia o enriquecimento das elites. De acordo com Faleiros (2011):

A estratégia de encaminhamento da criança pobre para o trabalho articula o econômico com o político, referindo-se ao processo de valorização/desvalorização da criança enquanto mão-de-obra, como se a desigualdade social fosse natural. Nessa ótica, aos pobres e dominados caberia trabalhar, aos ricos e dominantes caberia dirigir a sociedade (p. 34).

À vista disso, a preocupação com o acesso e permanência das crianças e adolescentes pobres nos espaços escolares não seria outra coisa a não ser a preocupação com a reprodução da mão de obra qualificada, a reafirmação da desigualdade e a segregação das camadas populares.

No que tange à saúde, as ações foram instituídas a partir da análise dos déficits do setor em Santa Catarina e da região de Criciúma. Através dessa análise, os responsáveis pelo projeto destacaram sérios problemas na saúde da população pobre. No entanto, estes problemas não eram novidade e atingiam a saúde das famílias pobres desde os tempos que o carvão era a principal atividade econômica da cidade, quando o alto

Índice de mortalidade infantil foi um elemento presente e por vezes identificador da região carbonífera.

Para os médicos puericultores que trabalhavam na região, nas décadas de 1940 a 1960, a mortalidade infantil estava associada à falta de condições sanitárias às quais estavam expostas as famílias mineiras. Em suas narrativas, descreveram que as moradias das famílias⁴ mineiras foram construídas em solo piritoso, em regiões inadequadas para habitação, ocasionando inúmeras doenças infecciosas nos filhos e filhas dos operários. Assim, como em décadas anteriores, as principais causas das mortes destacadas no planejamento do projeto foram afecções originárias no período pré-natal, seguida das doenças infecciosas e parasitárias e doenças do aparelho respiratório (Criciúma Criança, 1990). O projeto Criciúma Criança (1990) previu que:

Considerada a problemática de saúde existente, o Criciúma Criança priorizará ações que deverão implementar atividades relacionadas a promoção da saúde e prevenção das doenças neste grupo. Para tanto faz-se necessário construção de Unidades Regionais de Saúde Integradas aos Centros Educacionais Infantis, bem como a reestruturação da rede básica existente.

A implementação de unidades de saúde integradas aos centros educacionais auxiliaria no combate às doenças, afinal, por estarem próximas às escolas, as ditas unidades facilitariam o trabalho do poder público de prolongar a vida e cuidar dos corpos infantis a partir da participação médica no desenvolvimento dos sujeitos. Além disso, o Criciúma Criança buscava acompanhar as famílias das camadas populares, prestando consultoria sobre planejamento familiar, disponibilizando informações e fornecendo métodos contraceptivos.

O intuito de instituir no interior das famílias informações em relação à necessidade de um planejamento familiar constituiu-se a partir de uma percepção do discurso médico e moralista, que percebia nas camadas populares um possível foco de insurreição contra a ordem vigente, além de percebê-las como disseminadoras de doenças infectocontagiosas. Essa percepção sempre esteve atrelada aos pobres urbanos, conforme apontado por Donzelot (1980) ao analisar a fala de um moralista do século XIX: “Enquanto a sociedade não começar essa reforma pela base, ou seja, através de uma vigilância infatigável da educação da infância, nossas cidades manufatureiras serão continuamente focos de desordem, de imoralidade e de insurreição” (p. 63).

Assim, é possível inferir que ações de saúde do projeto Criciúma Criança foram

4 Os principais médicos higienistas da região foram: Francisco de Paula Boa Nova Júnior e David Boianovisky. Ambos possuíram grande participação na construção da rede de assistência direcionada às famílias operárias. Os discursos transmitidos pelos médicos afirmavam que o alto índice de mortalidade infantil estava relacionado às condições sanitárias precárias e na negligência e ignorância das famílias na realização dos trabalhos de cuidados com seus filhos e filhas, sendo as principais culpabilizadas pelo entrave: as mães. A partir desses discursos, os médicos procuraram constituir diversas ações assistenciais, juntamente com entidades filantrópicas e religiosas, com o intuito de melhorar a saúde das famílias, diminuir a mortalidade e preservar a exploração acelerada do minério.

pensadas com o objetivo de disciplinar as famílias, crianças e adolescentes pobres, controle este que acontecia ainda no período de gestação das mulheres mães, que eram observadas e examinadas por médicos e enfermeiras. O acompanhamento familiar surgiu com o objetivo de criar condições para que a mãe pobre pudesse gerar crianças saudáveis, através de atendimento médico, exames laboratoriais, suplementação alimentar, estímulo ao aleitamento materno, entre outros. Todos esses mecanismos de controle sobre as mulheres mães tinham por finalidade garantir a reprodução de uma infância saudável moral e fisicamente, como afirma Donzelot (1980): "Assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens, pois, em longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros." (p. 59).

Pautado nos direitos das crianças e adolescentes, o projeto Criciúma Criança difundia um discurso controlador das camadas mais pobres, pois ao mesmo tempo em que afirmava e assegurava a criança enquanto um indivíduo possuidor de direitos construía discursos que enquadravam esses sujeitos a um ideal de criança e adolescente almejado. Nisto Foucault (1996) discute que "[...] o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino." (p. 15).

Além das estratégias citadas acima, o projeto ainda difundia o direito da criança ao lazer, pensando momentos de distração e divertimento, propondo diversas atividades recreativas, culturais e premiações diversas. Conforme aponta Del Priore (2006), as burocracias estatais "criam e recriam programas de atendimento, avaliações e premiações, montando e remontando o espetáculo das paixões" (p. 360) que tinham por finalidade camuflar as desigualdades sociais. Assim, as premiações eram utilizadas como instrumento de envolver as famílias e, ao mesmo tempo, subordiná-las à lógica da concorrência, premiando aquelas que melhor se adequassem aos objetivos do programa.

Os impactos das ações propostas pelo projeto Criciúma Criança estão presentes no documento "Casulo Criciúma Criança", pois para além de realizar atividades socioassistenciais junto às famílias e infância das camadas populares era necessário apresentar à população, principalmente as elites da cidade, os resultados alcançados pelo projeto. Este segundo relatório, que viria a se tornar uma espécie de cartilha futuramente - com a intencionalidade de alcançar diversos segmentos sociais - apresentava de maneira clara como as ações pensadas e realizadas pelo programa auxiliaram na melhoria social da população considerada pobre. Com isso, para os gestores do projeto era importante apresentar, como apresenta o documento (Criciúma Criança, 1991) "gráficos numéricos referentes às obras realizadas em cada setor da administração [...], a fim de ilustrar com clareza os objetivos atingidos."

De maneira geral, o projeto Criciúma Criança possuía um discurso controlador sobre os corpos das crianças e famílias pobres da cidade, pois estes grupos sociais

eram considerados vulneráveis e especialmente perigosos. O documento (Criciúma Criança, 1990) aponta que “este esforço é direcionado preferencialmente aos centros comunitários e bairros da periferia”, que eram consideradas as áreas mais precarizadas da cidade. Seguindo um discurso presente em todo território nacional, para a elite cricumense o progresso cidadão se ancorava na reprodução de infâncias consideradas saudáveis – física e moralmente – pois só assim tais indivíduos, quando chegassem à fase adulta, continuariam assegurando o avanço socioeconômico do país. Acerca desta discussão, Ianni (1989) afirma que:

É curioso observar que essas análises não estabelecem uma relação evidente, mas incômoda: que a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade. Precisamente as vítimas das “dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde” (p. 147).

Assim, somente por meio de um discurso higienizado acerca da infância, acompanhado de políticas públicas direcionadas às camadas populares urbanas, é que a ordem social da cidade de Criciúma seria estabelecida. O domínio exercido sobre crianças e adolescentes da cidade, através do projeto, alinhou-se a discursos que abordavam e determinavam as crianças sujeitos de direitos, no entanto, todos os direitos que foram garantidos se relacionavam com estratégias instituídas para forjar trabalhadores e trabalhadoras ordeiros, e não sujeitos de direitos.

O corpo da criança pobre foi percebido como uma espécie de laboratório, ideal para perpetuar o modelo de cidadão almejado pela classe dominante, como destacado no documento (Criciúma Criança, 1991): “Sem dúvida, um incentivo aos novos valores é um sinal evidente de que tecnicamente nossos esportes ganham uma nova feição, criando profissionais em melhores condições de competir, apoiados por diversos segmentos da sociedade”. Assim, discute Alayón (1995) sobre as ações de assistência direcionadas às famílias pobres:

É preciso compreender, pois, que não se trata apenas de aumentar a produção, mas, especialmente, de definir nas mãos de quem ficarão as rendas e a riqueza produzida. Apenas aumentar os esforços de qualquer população, sem redefinir os critérios de apropriação e redistribuição da nova produção obtida não é somente injusto e perverso – tem, igualmente, o efeito de esterilizar o esforço, porque a população só alcançará “uma participação mais equitativa” numas poucas migalhas (p. 114).

Voltar os olhos para a população pobre que receberia novas produções com o objetivo de acalmar esses indivíduos seria uma nova estratégia afim de confundir-los, para que essa camada não questionasse seus problemas e sobrecarga da produção. Dispor de estratégias assistenciais para essas famílias foi a maneira encontrada para assegurar que os pobres continuassem pobres, afinal, enquanto essa população permanecesse

pobre e confusa os mecanismos de controle direcionados a essas famílias estaria garantido (Alayón, 1995).

Sendo assim, a partir da realização de suas ações, o projeto Criciúma Criança se tornou base norteadora na formação e disseminação de discursos que definiam modos de ser e estar das crianças e adolescentes da cidade de Criciúma. A partir desses discursos, os mecanismos de controle presentes nas estratégias do projeto buscavam forjar e qualificar a infância para a realização e perpetuação dos trabalhos produtivos, afim de assegurar o desenvolvimento socioeconômico da região.

O Criciúma Criança via na infância a oportunidade de consolidação da mão de obra qualificada e da desigualdade entre as camadas, definindo o modelo ideal a ser seguido pelas crianças e adolescentes, com o intuito de assegurar que esses indivíduos fossem os futuros protagonistas do progresso da cidade. Dessa maneira, o Criciúma Criança adentrou no interior das famílias pobres através das políticas assistenciais presentes nas atividades realizadas, direcionando a infância aos sistemas de produção.

4- Considerações finais

A história da infância passou por diferentes alterações ao longo de distintos processos históricos. Essas mudanças nas concepções psicossociais sobre infância foram importantes instrumentos na construção e reivindicação dos direitos. A consolidação de tais documentos foram as bases norteadoras na constituição de uma rede de amparo e assistência direcionada às famílias pobres. Historicamente, no campo da assistência, os cuidados materno-infantis foram pensados a partir de discursos médicos que buscavam instituir no interior das famílias, principalmente aquelas oriundas das camadas populares, ações de cuidados que qualificariam as crianças como sujeitos que futuramente pudessem contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do país.

O projeto Criciúma Criança, pensado durante o governo do prefeito Altair Guidi, por meio das políticas assistências à infância, e por consequência à maternidade, buscava entre as camadas populares urbanas da cidade de Criciúma um ideal de criança e mãe de acordo com um país que se redemocratizava e buscava se inserir, internacionalmente, como um país desenvolvido. O projeto vigorou entre os anos de 1990 a 1992, e contava com a participação das Secretarias da Saúde e da Educação, entidades filantrópicas, além do próprio gabinete do prefeito, que por meio de ações socioassistenciais buscavam garantir os recém-implementados direitos fundamentais da criança.

No entanto, ao mesmo tempo que garantia direitos de crianças e mães, o projeto difundia o modelo ideal de infância almejado pela administração pública criciumense, que por sua vez combinaria com a nova fase da cidade, que abandonava as marcas negativas do carvão, como a excessiva mortalidade infantil. Assim, as estratégias propostas pelo Criciúma Criança atingiram diretamente as famílias pobres – grupos prioritários desse tipo de intervenção social – com o intuito de reafirmar os “papéis

sociais” e caminhos estipulados pelas classes dominantes e o Estado.

Buscando encontrar uma solução para o que acreditavam ser um problema social, as classes dominantes transformaram a infância pobre em alvo de mecanismos de controle, tornando as crianças uma alternativa de consolidar e perpetuar as ações e discursos que fomentavam desigualdades e a reprodução da mão de obra, afinal, sem a participação desses indivíduos o sistema capitalista encontraria dificuldades. Mesmo pautado no discurso de melhoria na qualidade de vida da população pobre e garantia dos direitos, foi possível destacar que o objetivo do projeto Criciúma Criança era o de garantir a formatação de uma sociedade ordeira e produtiva, de acordo com o ideal de progresso da região.

Por fim, destacamos que o projeto Criciúma Criança, assim como outros espalhados pelo Brasil na década de 1990, buscava garantir entre as populações mais pobres os direitos civis, políticos e sociais recém-adquiridos na Constituição de 1988. No entanto, sua concepção norteadora não estava ligada a um projeto emancipatório, individual e coletivo, mas sim à reprodução das desigualdades, por meio de serviços socioassistenciais focalizados e sazonais que pouco contribuíram para as políticas públicas de cunho social.

Referências

- Alayón, N. (ed 2.). (1995). *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?*. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- Alves, I.G. (2014). *(Re)construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas aplicações na região carbonífera catarinense (1920-1960)*. Obtido em <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35264/R%20-%20T%20-%20ISMAEL%20GONCALVES%20ALVES.pdf?sequence=1>.
- Alves, I.G. (2017). A infância e morte na região carbonífera: os discursos médicos sanitários sobre a mortalidade infantil no Sul de Santa Catarina. *História: Questões & Debates*, volume (65), 119-143. Obtido em <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/53892>.
- Arend, S. M. F. (2015). Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 - 1989). *Revista Tempo E Argumento*, 7(14), 29 - 47. <https://doi.org/10.5965/2175180307142015029>
- Ariès, P (ed 2.). (1986). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Guanabara.
- Brasil. (ed. 9). (1999). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo, Brasil: Saraiva.
- Cardoso, M.G. (2011). *De volta para a casa: a inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1995-2009)*. Obtido em http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/480/ppgh_udesc_dissert_michele_goncalves_cardoso.pdf.

- Donzelot, J. (ed. 9.). (1980). *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro, Brasil: Edições Graal.
- Foucault, M. (ed. 3.). (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola.
- Foucault, M. (1995). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Ianni, O. (1989). A questão social. *Revista USP*, volume (3), 145-154. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154>.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas, Brasil: Editora da Unicamp.
- Oliveira, F. (2018). *A criança e a infância nos documentos da ONU: a produção da criança como "portadora de direitos" e a infância como "capital humano do futuro"*. Obtido em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2206>.
- Criança, C. (1990). *Criciúma Criança - Crescendo Juntas: Documento Básico*. Criciúma, Brasil. Obtido em Arquivo Histórico Municipal.
- Criança, C. (1991). *Criciúma Criança: Casulo*. Criciúma, Brasil. Obtido em Arquivo Histórico Municipal.
- Rizzini, I. (2011a). A efetivação de políticas públicas no Brasil: o caso das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua. *Cadernos de Pesquisa CIESPI*. Obtido em <http://www.ciespi.org.br/media/Livros%20e%20Periodicos/Livros%20e%20periodicos%20pg%202/1efetivacao%20politicass%20publicas%20no%20brasil.pdf>.
- Rizzini, I. (2011b). A infância sem disfarces: uma leitura histórica. Em Rizzini, I, Pilotti, F. (ed 3), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação da assistência à infância no Brasil*. (15-33). São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- Faleiros, V.P. (2011). Infância e processo político no Brasil. Em Rizzini, I, Pilotti, F. (ed 3), *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação da assistência à infância no Brasil*. (34-97). São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- Teixeira, J.P. (1995). *Os donos da cidade: poder e imaginário das elites em Criciúma*. Obtido em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76207>.
- Wadsworth, J.E. (1999). Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, volume (19), 103-124. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01881999000100006>.